

Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), para instituir a Semana de Promoção da Educação para a Integridade nas escolas públicas e privadas da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 30-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), para instituir a Semana de Promoção da Educação para a Integridade nas escolas públicas e privadas da educação básica.

Art. 2º A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 30-A:

“Art. 30-A. É instituída a Semana de Promoção da Educação para a Integridade, a ser realizada anualmente em outubro, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I – promover a cultura da integridade como elemento essencial para prevenir atos de corrupção;

II – proporcionar ações educativas que auxiliem a formação ética dos estudantes, incluindo assuntos transversais e correlatos à ética e à cidadania;

III – instruir os estudantes a agir eticamente e a ter uma postura anticorrupção;

IV – orientar sobre os princípios que regem o Estado Democrático de Direito;

V – encorajar os cidadãos e a comunidade a identificar e a denunciar atos de corrupção.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se ‘educação para a integridade’ o desenvolvimento de uma cultura ética e cidadã entre crianças e adolescentes, por meio da valorização de comportamentos íntegros e da formação de cidadãos conscientes.

§ 2º A Semana de Promoção da Educação para a Integridade estará alinhada ao desenvolvimento da competência geral da educação básica ‘Responsabilidade e Cidadania’, conforme definida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

§ 3º Para promover as ações decorrentes da Semana de Promoção da Educação para a Integridade, a União, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desenvolverá programas de capacitação dos profissionais da educação e de elaboração de material didático adequado.

§ 4º O Poder Executivo poderá promover parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, bem como com entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de facilitar e distribuir as atividades de planejamento e execução da Semana.

§ 5º A cada 2 (dois) anos, o Poder Executivo realizará avaliações sobre a execução da Semana de Promoção da Educação para a Integridade com o objetivo de aferir seu impacto no desenvolvimento da cultura de integridade dos alunos.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data de sua publicação oficial.

Senado Federal, em de .

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal